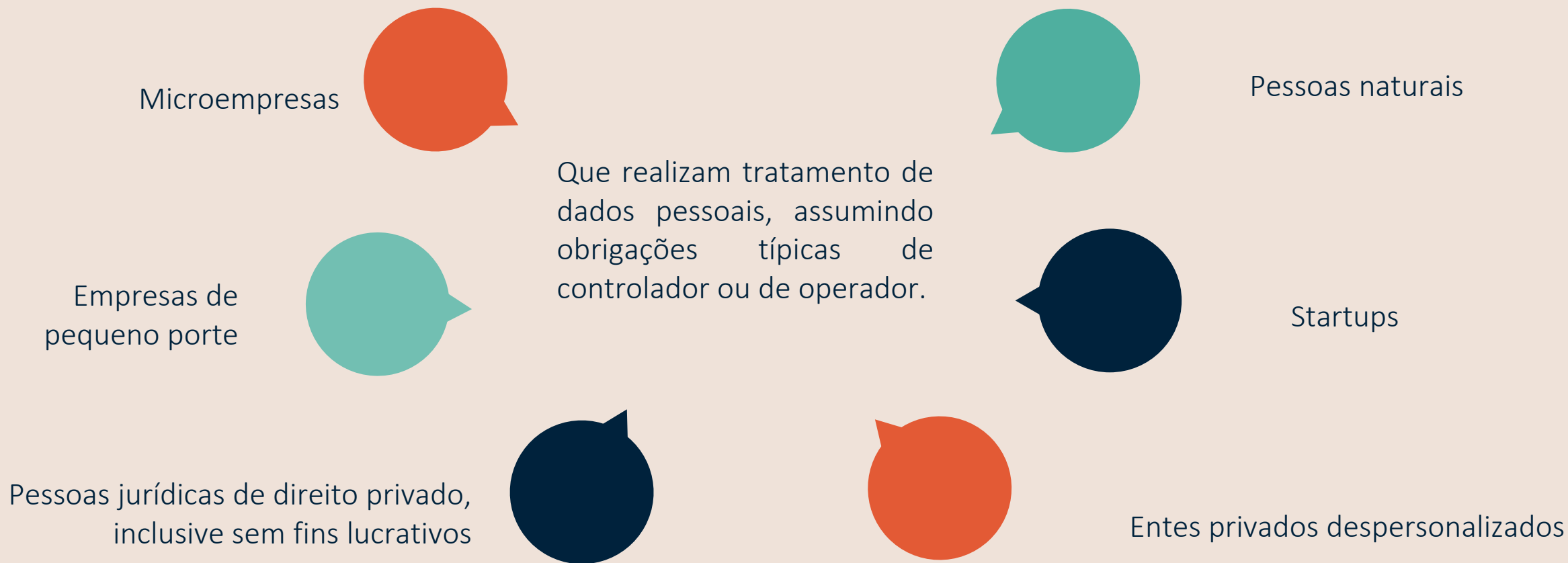




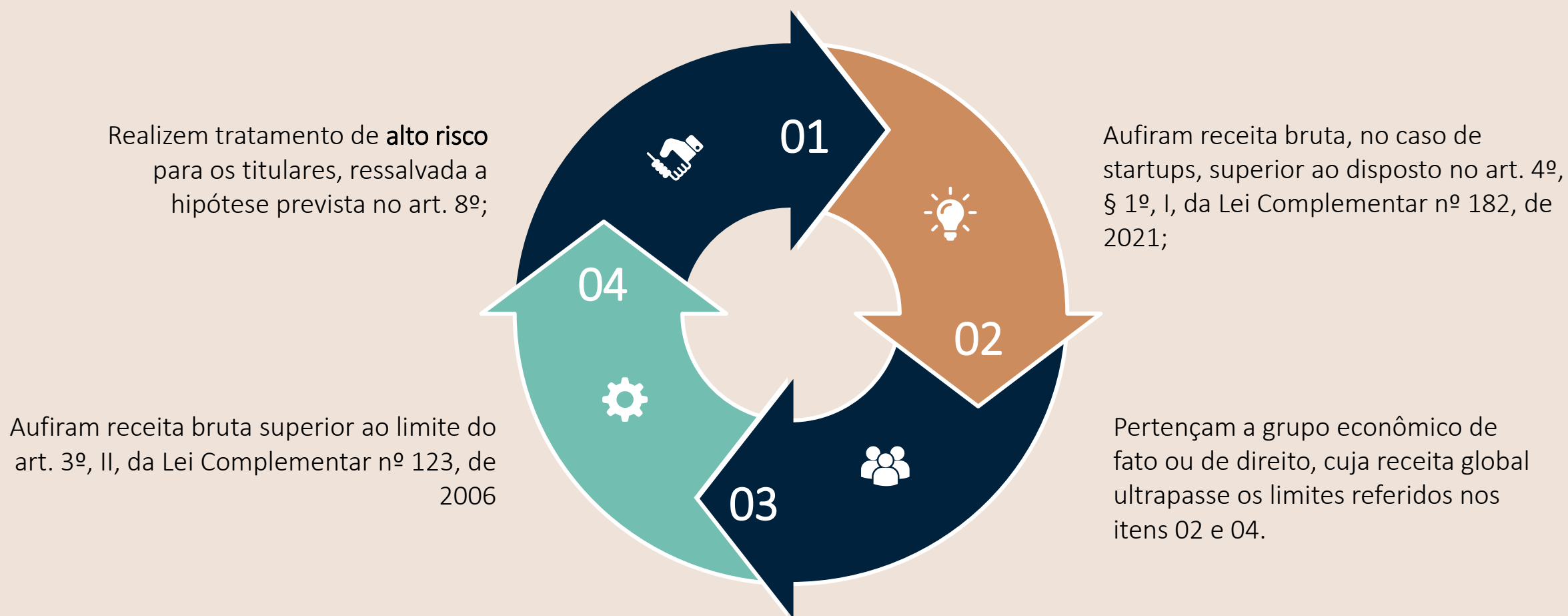
# LGPD para Agentes de Tratamento de Pequeno Porte

# Agentes de Pequeno Porte

DEMAREST



Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado aqueles que:

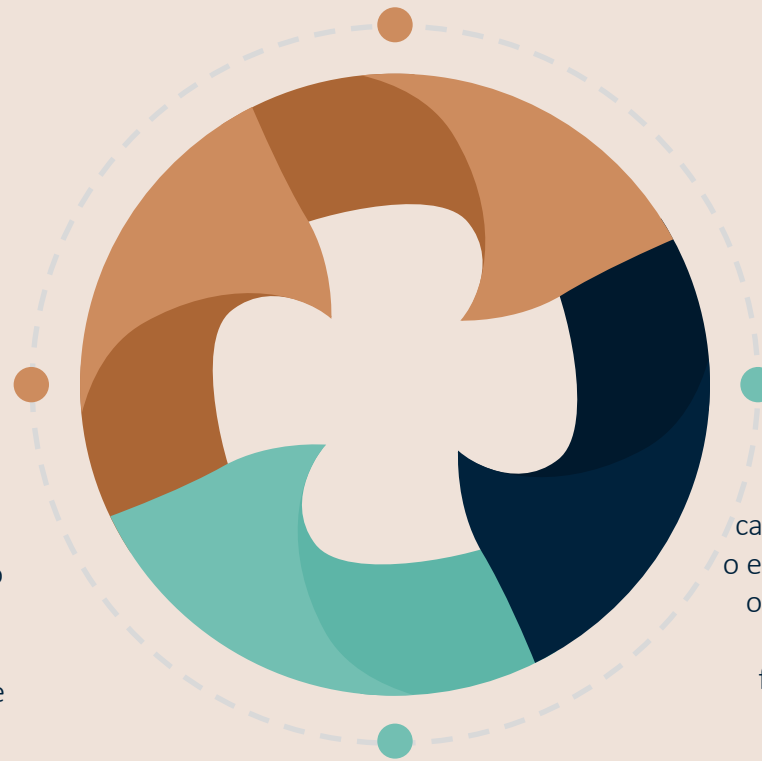


## Critérios Gerais

- (i) tratamento de dados pessoais em larga escala;
- (ii) tratamento de dados pessoais que possa afetar significativamente interesses e direitos fundamentais dos titulares;

## Critérios Específicos

- (i) uso de tecnologias emergentes e inovadoras;
- (ii) vigilância e controle de zonas acessíveis ao público;
- (iii) decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais;
- (iv) utilização de dados pessoais sensíveis, dados pessoais de crianças, de adolescentes e de idosos.



## Larga Escala

Será caracterizada quando abranger número de titulares e volume de dados significativo, bem como a duração, a frequência e a extensão geográfica,

## Direitos dos titulares

O prejuízo aos direitos fundamentais será caracterizado, quando o tratamento puder impedir o exercício de direitos ou a utilização de um serviço, ou causar danos materiais ou morais aos titulares, tais como discriminação, violação à integridade física, ao direito à imagem e à reputação, fraudes financeiras ou roubo de identidade.

1

Os agentes de tratamento de pequeno porte não são obrigados a indicar o encarregado pelo tratamento de dados pessoais exigido no art. 41 da LGPD.



2

O agente de tratamento de pequeno porte que não indicar um encarregado deve disponibilizar um canal de comunicação com o titular de dados para atender o disposto no art. 41, § 2º, I da LGPD.

3

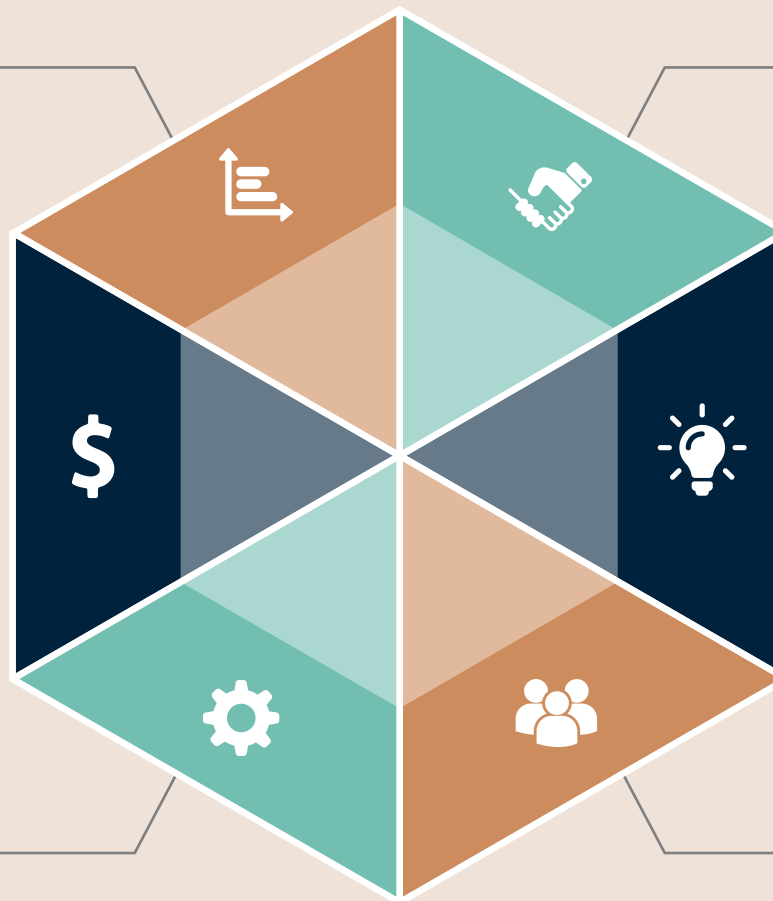
A indicação de encarregado por parte dos agentes de tratamento de pequeno porte será considerada política de boas práticas e governança para fins do disposto no art. 52, §1º, IX da LGPD.

## Política de Segurança

Podem estabelecer política simplificada de segurança da informação, que contemple requisitos essenciais e necessários para o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de protegê-los de incidentes de segurança.

## Mapeamento

Podem cumprir a obrigação de elaboração e manutenção de registro das operações de tratamento de dados pessoais, do art. 37 da LGPD, de forma simplificada.  
A ANPD fornecerá modelo para o registro simplificado de que trata o caput.



## Reclamações de Titulares

Fica facultado aos agentes de tratamento de pequeno porte, inclusive àqueles que realizem tratamento de alto risco, organizarem-se por meio de entidades de representação da atividade empresarial, por pessoas jurídicas ou por pessoas naturais para fins de negociação, mediação e conciliação de reclamações apresentadas por titulares de dados

## Boas Práticas

Devem adotar medidas administrativas e técnicas essenciais e necessárias, com base em requisitos mínimos de segurança da informação para proteção dos dados pessoais,

Será concedido prazo em dobro para:

Atendimento das solicitações dos titulares, conforme previsto no art. 18, §§ 3º e 5º da LGPD, nos termos de regulamentação específica;

Comunicação da ocorrência de incidente de segurança, exceto quando houver potencial comprometimento à integridade física ou moral dos titulares ou à segurança nacional

No fornecimento de declaração clara e completa, prevista no art. 19, II da LGPD;

Prazos estabelecidos nos normativos próprios para apresentação de informações, documentos, e relatórios solicitados pela ANPD a outros agentes de tratamento.

Os agentes de tratamento de pequeno porte podem fornecer a declaração simplificada do art. 19, I, da LGPD no prazo de até 15 dias, contados da data do requerimento